

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
ABREVIATURAS UTILIZADAS	7
INTRODUÇÃO	11
1. Identificação do objecto da dissertação	11
2. <i>Status questionis</i> : o dualismo estanque dos terceiros	14
3. Delimitação material e conceptual do objecto da dissertação	24
3.1 Delimitação positiva	24
3.2 Delimitação negativa	28
4. Metodologia e sequência	34
PARTE I. DISSINCRONIA: O SISTEMA DUALISTA ESTANQUE DE PROTECÇÃO DOS TERCEIROS NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	37
CAPÍTULO I. A TUTELA JURISDICCIONAL DOS TERCEIROS EM SENTIDO MATERIAL	39
1. O modelo do terceiro formal	39
1.1 O conceito de terceiro na ordem jurídica alemã e na ordem jurídica da União Europeia	39
1.2 O acto administrativo com eficácia em relação a terceiros	42
1.3 O direito subjectivo público alemão	51
1.3.1 O direito subjectivo como eixo central do sistema	51
1.3.2 Origens e concepção de OTTO MAYER	53
1.3.3 As teorizações fundantes de JELLINEK e BÜHLER	57
1.3.4 A fórmula integrada de protecção de interesses de BACHOF	61

1.3.5	A crise do conceito de direito subjectivo público	65
1.3.6	A teoria do destinatário	72
2.	O modelo do terceiro instrumental	83
2.1	As origens de natureza orgânica	83
2.2	A centralidade do conceito de interesse legítimo	88
2.3	O conceito de terceiro em sentido instrumental	103
2.3.1	Concepções em confronto	103
2.3.2	O interesse legítimo como instrumento de protecção de terceiros	113
2.4	A importação do conceito pela ordem jurídica portuguesa	117
3.	O modelo do terceiro semi-formal	123
3.1	Origens Históricas	123
3.2	As posições jurídicas dos particulares	127
3.2.1	O recurso por excesso de poder em face dos interesses individuais dos administrados	127
3.2.2	As concepções estatutárias e institucionais de DUGUIT e HAURIOU	131
3.2.3	As teorias do direito subjectivo à legalidade de BONNARD BARTHELÉMY	134
3.3	O conceito de terceiro em sentido semi-formal	136
3.3.1	A singularidade do ordenamento jurídico francês	136
3.3.2	O ordenamento jurídico norte-americano	142
4.	O princípio da tutela jurisdiccional efectiva e os direitos de terceiros	146
4.1	Evolução histórico-constitucional	146
4.2	O subprincípio do acesso aos tribunais na perspectiva do terceiro	148
5.	O âmbito da jurisdição administrativa	156
6.	A estrutura processual das acções de terceiros	166
6.1	As aspirações de renovação	166
6.2	Modelos de vias processuais	170
6.2.1	A tetralogia de Laférière	170
6.2.2	O sistema plurifuncional germânico	175
6.2.3	A anterior matriz dualista portuguesa	181
6.3	O enquadramento das pretensões de terceiro	192
6.3.1	Acções terceiros exercidas através de meios processuais clássicos	192
6.3.2	Acções de terceiros exercidas através de um meio processual de contencioso administrativo entre particulares	207
7.	O objecto dos processos de impugnação e de condenação à prática de acto administrativo	223
7.1	A perspectiva tridimensional do objecto do processo administrativo	223

7.2	O objecto do processo em face da tese da dupla natureza dos meios processuais de fiscalização da legalidade de actos administrativos	233
7.3	O objecto do processo como expressão do equilíbrio funcional estruturante entre poderes estaduais	242
7.3.1	A dimensão material	244
7.3.2	A dimensão processual	262
8.	A legitimidade e o interesse processual de terceiros	266
8.1	Delimitação conceptual e teleológica	266
8.1.1	As bases fundantes do modelo contencioso-administrativo francês	266
8.1.2	A construção da legitimidade processual no Contencioso Administrativo português	273
8.1.3	A distinção entre legitimidade processual e interesse processual em Itália	288
8.1.4	A preponderância da legitimidade e a residualidade do interesse processual no Contencioso Administrativo alemão	293
8.2	A distorção dogmática dos institutos da legitimidade e do interesse processual no Contencioso Administrativo	302
8.2.1	Raiz histórica e genético-dogmática	302
8.2.2	A refracção do dualismo no CPTA	314
8.2.2.1	A perpetuação do equívoco objectivista	314
8.2.2.2	A indistinção nominal e sistemática	323
8.3	A impugnação e pretensão de condenação à prática de actos administrativos por terceiros	339
8.3.1	As dificuldades metodológicas e a posição privilegiada do destinatário	339
8.3.2	Instrumentos metodológicos de aferição da posição de terceiros	353
8.3.2.1	As fórmulas de protecção de interesses	353
A)	A teoria da norma de protecção	353
B)	O Imperativo da tomada em consideração	359
C)	O <i>cercle d'interêts</i>	362
D)	As <i>norme protettive dell'interesse</i>	366
E)	A <i>zone of interests</i>	372
8.3.2.2	Os interesses de facto	377
8.3.2.3	Direitos fundamentais	379
8.3.2.4	Participação procedimental	384
9.	Eficácia e notificação do acto a terceiros	393
9.1	Enunciado	393
9.2	Teses em presença	397

9.3 A eficácia unitária do acto com eficácia em relação a terceiros	402
CAPÍTULO II. A TUTELA JURISDICIONAL DOS TERCEIROS EM SENTIDO PROCESSUAL	407
1. Estatuto processual	407
1.1 Razão de ordem	407
1.2 Modelos de enquadramento processual	408
1.2.1 O modelo do terceiro autónomo	408
1.2.1.1 Identificação e conteúdo	408
1.2.1.2 Raízes históricas	416
1.2.1.3 A delimitação face ao litisconsórcio	420
1.2.2 O modelo do terceiro parte formal	426
1.2.2.1 O anacronismo do terceiro que é parte	426
1.2.2.2 Fundamento do anacronismo	436
1.2.3 O modelo do terceiro acessório ou oculto	439
2. Princípios estruturantes	444
2.1 Razão de ordem	444
2.2 Protecção jurídica individual	444
2.2.1 O princípio do contraditório	445
2.2.2 O princípio da tutela jurisdicional efectiva	451
2.2.3 Esclarecimento processual	461
2.2.4 Economia processual/extensão do caso julgado	462
2.2.5 Hierarquia entre os diversos fins	463
3. Legitimidade processual	464
3.1 Critérios metodológicos	464
3.2 Critério dos efeitos da sentença	466
3.2.1 Alcance da determinação legal	466
3.2.2 Preponderância da eficácia constitutiva	469
3.2.3 A busca de um critério material	471
3.2.3.1 Acções de anulação de actos administrativos	477
3.2.3.2 Acções de condenação à prática de actos administrativos	485
3.2.3.3 Excurso: o controlo regulamentar	492
3.3 Critério do acto administrativo impugnado	504
3.3.1 Acções de impugnação de actos administrativos	504
3.3.1.1 Concepção formalista guicciardiana	504
3.3.1.2 Concepção substancialista	511
3.3.2 Acções de condenação à prática de actos administrativos	520
3.4 CPTA entre os efeitos da sentença e o acto impugnado	529
3.4.1 A conexão entre o estatuto e a legitimidade processual do contra-interessado	529

3.4.2 Os critérios de identificação e legitimação dos contra-	533
-interessados	533
3.4.2.1 Enunciado	534
3.4.2.2 O duplo critério de identificação	538
3.4.2.3 O duplo critério de legitimação	538
A) Sujeitos a quem o provimento do processo	
impugnatório possa directamente prejudicar	
ou que tenham legítimo interesse na manutenção	
do acto impugnado	538
B) Sujeitos a quem a prática do acto omitido possa	
directamente prejudicar ou que tenham legítimo	
interesse em que ele não seja praticado	549
C) Graus do interesse em reagir	554
3.4.2.4.Omissão de identificação	562
4. Poderes de conformação processual	567
4.1 Enquadramento geral	567
4.2 Alegações e ónus da prova	572
4.3 Reconvenção	577
4.4 Alterações da instância	584
4.5 Transacção	597
4.6 Custas processuais	604
5. Efeitos da sentença	605
5.1 Preliminares	605
5.2 O modelo clássico francês e a <i>terce opposition</i>	606
5.3 O modelo italiano e a indivisibilidade do acto	617
5.4 O modelo alemão e a eficácia constitutiva da anulação	637
5.5 O modelo zigueagueante português	653
5.5.1 Teses em presença	653
5.5.2 A imperatividade da produção de eficácia geral	657
5.5.3 Os meios de reacção do terceiro ausente	665

**PARTE II. ANACRONIA: A DUPLICIDADE ESTATUTÁRIA
FORMAL E A BIPOLARIDADE ESTRUTURAL DO DIREITO
ADMINISTRATIVO** 675

CAPÍTULO I. O CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO SOB A TEORIA DA DUPLICIDADE ESTATUTÁRIA FORMAL	677
1. Sequência e enunciado	677
2. A teoria da duplicidade estatutária formal	681
2.1 A origem dupla	681

2.2	Pilares dogmáticos	683
2.2.1	A posição jurídica reflexa do terceiro	683
2.2.2	A inversão da reserva de lei	690
2.2.3	A reversibilidade assimétrica paradoxal	692
2.2.3.1	O paradoxo do estatuto jurídico-subjectivo	693
2.2.3.2	O paradoxo da protecção jurídico-constitucional	696
2.2.3.3	O paradoxo da relação material controvertida	700
2.2.3.4	O paradoxo da legitimidade processual	705
CAPÍTULO II. A BIPOLARIDADE GENÉTICA E ESTRUTURAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO		717
1.	A diáde primacial: poder público <i>versus</i> direitos individuais	717
2.	Os dogmas fundadores da bipolaridade administrativa	720
2.1	Primeira dogma: a radicalização do elemento estatutário da relação jurídica administrativa	721
2.1.1	A fronteira delimitada pela actuação administrativa	721
2.1.2	A teoria clássica da separação	723
2.1.3	A intervenção administrativa nos conflitos interprivados	725
2.1.4	Direito Administrativo entre particulares?	729
2.1.5	As teorias estatutárias do Direito Administrativo	734
2.1.6	A assimetria orgânico-funcional do Direito Administrativo	746
2.1.7	A Administração Pública como sujeito oculto ou sujeito-garante da relação jurídica administrativa	756
2.2	Segundo dogma: o Direito Privado como ordenamento privilegiado dos conflitos interprivados	759
2.2.1	O Direito Privado na base do Direito Público	759
2.2.2	A autonomização da figura da relação jurídica multipolar	763
2.2.3	A concorrência exercida pelo Direito Privado	767
2.2.3.1	Face à ofensiva do Direito Público	767
2.2.3.2	Face à contra-ofensiva do Direito Privado	772
2.2.4	A estraneidade administrativa na composição de interesses privados	776
2.2.5	A subsidiariedade dos meios de defesa jurídico-públicos	782
2.3	Terceiro dogma: o interesse público como pedra angular do Direito Administrativo	784
2.3.1	As insuficiências do conceito de interesse público	784
2.3.2	Erosão da noção utilitarista proveniente do Estado de polícia	792
2.3.3	A mistificação da função administrativa	803
2.3.4	A submissão exclusiva do Direito Administrativo a uma noção política de interesse público	823
2.3.4.1	O enigma do interesse público	823

2.3.4.2	Concepções políticas ou meta-jurídicas	824
2.3.4.3	<i>O interest representation model</i>	831
2.3.4.4	Concepções orgânico-procedimentais	835
2.3.4.5	O interesse público como objecto virtual da competência jurídico-pública circunscrito pela margem de livre decisão administrativa	839
PARTE III. SINTONIA: PARA UM CONTENCIOSO		
ADMINISTRATIVO MULTIPOLAR		857
1.	Conceito e natureza	857
1.1	A distorção dogmática: sequência	857
1.2	A obnubilação provocada pela dicotomia objectivismo/subjectivismo	860
1.2.1	A artificial construção do objectivismo	862
1.2.2	O subjectivismo e a suposta concepção autoritária do Direito Administrativo	873
1.3	A transição para a relação jurídica processual multipolar e para o Direito Administrativo do risco	888
2.	A estruturação jurídico-funcional da multipolaridade administrativa	901
2.1	O fundamento da multipolaridade administrativa	901
2.2	Plano horizontal	908
2.2.1	A desconstruções dos dogmas jus-administrativos	908
2.2.2	A demarcação das esferas jurídico-pública e jurídico-privada	912
2.2.3	Os tipos de relações jurídicas multipolares em função da natureza dos interesses	919
2.3	Plano vertical	925
2.3.1	O programa normativo multipolar	927
	A) O programa normativo multipolar em sentido material	927
	B) O programa normativo multipolar em sentido instrumental	940
	C) O programa normativo multipolar em sentido processual	943
2.3.2	O mandato de conformação multipolar	950
	A) A reserva de lei multipolar	950
	B) O acto administrativo multipolar	954
2.3.3	A prerrogativa de sindicabilidade multipolar	959
	A) A discricionariedade jurisdicional	959
	B) Os poderes de constituição processual em especial	962
3.	Competência multipolar	970
4.	Estatuto jurídico-processual multipolar	973
4.1	Meio processual	973
4.2	Enquadramento processual plural	977
4.3	Poderes dispositivos das partes	988
5.	Acesso multipolar	995

CONFLITOS ENTRE PARTICULARES NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

5.1 Princípios fundamentais	995
5.2 Tipologia	997
5.2.1 Pretensão multipolar passiva de neutralização	997
5.2.2 Pretensão multipolar passiva de constituição	1003
5.2.3 Pretensão multipolar activa de constituição	1004
5.2.4 Pretensão multipolar activa de neutralização	1010
6. Composição multipolar	1012
6.1 Eficácia subjectiva	1012
6.2 Discricionariedade jurisdicional de composição multipolar	1017
6.2.1 Parâmetros de controlo	1017
6.2.2 Poderes de controlo da discricionariedade administrativa	1019
6.2.3 Poderes inerentes à margem de livre decisão jurisdicional	1022
TESES	1029
BIBLIOGRAFIA	1037
JURISPRUDÊNCIA	1093